

“Empreendedorismo sustentável: como os acordos comerciais podem promover os direitos humanos e o meio ambiente”

Conclusão

Alexandra Aragão
(aaragaão@fd.uc.pt)

O colóquio intitulado “Empreendedorismo sustentável: como os acordos comerciais podem promover os direitos humanos e o meio ambiente”, consistiu numa extensa descrição de diferentes processos em curso — ao nível local, regional, nacional, europeu e mundial — no sentido de fazer convergir dois conceitos que por vezes são julgados antagónicos: empreendedorismo e sustentabilidade.

Quais são esses processos?

- São processos europeus, quando a União Europeia aparece como um ator no comércio mundial com capacidade de influenciar países e regiões do mundo, tornando-os mais sustentáveis, pela via do comércio internacional.
- São processos estaduais, de apoio a iniciativas cidadãos de inovação social.
- São processos empresariais, cooperativos ou associativos, de auto-organização para a sustentabilidade.

A começar, Vital Moreira brindou-nos com uma visão sistemática sobre o papel da União Europeia na promoção do desenvolvimento sustentável através do comércio internacional, com cláusulas de condicionalidade laboral e ambiental, demonstrando com exemplos, a eficácia da política comercial da União Europeia através de mecanismos não sancionatórios mas mesmo assim eficazes, como as cláusulas de condicionalidade laboral e ambiental nos acordos comerciais.

Na mesma linha, Pedro Silva Pereira mostrou igualmente como a implementação dos capítulos relativos ao desenvolvimento sustentável nos acordos comerciais celebrados pela União Europeia pode contribuir para avanços sociais e ambientais muito significativos nos países parceiros da União Europeia.

Em seguida, Alexandre Soveral Martins falou-nos de sustentabilidade empresarial a partir de uma análise dos *hedge funds* e o seu contributo positivo para a melhoria da administração das sociedades, da eficiência, etc apesar do recurso a estratégias muito arriscadas visando a busca do rendimento absoluto que não só podem redundar em comportamentos predatórios dos ecossistemas e degradantes do ambiente, como podem gerar perniciosos efeitos de imitação.

Num plano diferente, Filipe Almeida expos de forma cristalina as novas respostas aos problemas sociais, baseadas em lógicas colaborativas, parcerias entre investidores e empreendedores sociais, com o apoio do programa Portugal Inovação Social. A originalidade e ao mesmo tempo o grande mérito do programa consistem na lógica de funcionamento bottom up, em que cabe aos empreendedores sociais a identificação das necessidades sociais às quais consideram urgente dar resposta, através da associação de apoio público e investimento privado.

Seguiu-se Mafalda Evangelista, que apresentou a atuação da associação empresarial BCSD para desmistificar a visão *adversarial* entre empresas e desenvolvimento sustentável, mostrando que há empresas que incorporam preocupações ambientais, sociais, laborais, de

transparência e combate à corrupção, por iniciativa própria, nas suas próprias estratégias de desenvolvimento, e não só em reação a imposições regulatórias.

Em seguida tivemos três casos dos setores empresarial, cooperativo e associativo. Uma empresa de mobilidade sustentável em modos suaves (Sram, representada por Isabel Gomes) mostrou como as preocupações de sustentabilidade estão presentes ao longo de todo o ciclo produtivo e funcionar como elemento de motivação interna da empresa; um representante do setor cooperativo agroalimentar (Agros, representado por Idalino Leão) aludiu aos contributos do setor para a redução de emissões de carbono e para a proteção da água e dos solos, sendo a voz dissonante relativamente aos efeitos laterais da política de abertura comercial da União Europeia, que internamente põe em dificuldades os produtores europeus, sujeitos a regras ambientais, laborais e de transparência incomparavelmente mais rigorosas; por fim, uma empresa do setor farmacêutico (Bluepharma, representada por Sérgio Simões), testemunhou os benefícios de processos de participação interna, que contribuem para a motivação dos colaboradores, e incentivar o desenvolvimento de novas ideias para redução de impactes ambientais e incremento dos apoios sociais.

Em suma, colóquio intitulado “Empreendedorismo sustentável: como os acordos comerciais podem promover os direitos humanos e o meio ambiente” tornou bem patente que estamos numa época de transição. Não apenas de transição energética, climática ou ecológica, mas de transição para a sustentabilidade.

Os exemplos apresentados pelos intervenientes mostram que algo está a mudar. E a União Europeia, os Estados, as empresas, a sociedade e todos nós, podemos ser atores dessa mudança.